



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - MAUS-TRATOS DE ANIMAIS			
EVENTO: Seminário	REUNIÃO Nº: 2110/15	DATA: 19/10/2015	
LOCAL: Assembleia Legislativa de São Paulo	INÍCIO: 14h32min	TÉRMINO: 16h41min	PÁGINAS: 42

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARCELO PAVLENCO ROCHA - Presidente da Organização Não Governamental SOS Fauna, do Estado de São Paulo.

ALDEM BOURSCHIEIT - Representante do Centro Brasileiro de Estudos em Ecologia de Estradas da Universidade Federal de Lavras e da Organização Não Governamental Rede Nacional Pró Unidades de Conservação — Rede Pró UC.

MAÍRA PEREIRA VÉLEZ - Vice-Presidente da Comissão de Proteção e Defesa Animal da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo — OAB SP.

SUMÁRIO

Debate sobre o tema *Atropelamentos de Animais Silvestres nas Rodovias do Estado de São Paulo*.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.  
Houve exibição de vídeo.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Declaro aberto o seminário que discutirá o tema *Atropelamentos de Animais Silvestres nas Rodovias do Estado de São Paulo*.

Para tomar assento à Mesa, convido o Deputado Nilto Tatto, autor do requerimento para a realização do seminário. Convido também o Sr. Marcelo Pavlenco Rocha, Presidente da SOS Fauna. O Sr. Murilo Repele Penteado Rocha, Superintendente do IBAMA; a Sra. Simone Rodrigues de Freitas, pós-doutora do Instituto de Biociências da USP, e a Sra. Angela Kuczach, Diretora da Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, não compareceram. Convido ainda o Sr. Aldem Bourscheit, da WWF, e o Deputado Ricardo Tripoli, Relator.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Câmara dos Deputados. O tempo concedido aos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados. Os Deputados interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Marcelo Pavlenco Rocha, Presidente da SOS Fauna.

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - Boa tarde a todos.

Eu quero agradecer o convite ao Deputado Ricardo Izar, ao Deputado Ricardo Tripoli — já nos conhecemos há 60 anos, mais ou menos, um pouquinho mais — e ao Deputado Nilto Tatto.

Há 26 anos, eu trabalho com as questões que envolvem o tráfico de animais silvestres no Brasil. Uma das coisas que lamento muito na minha vida é ter me aprofundado tanto no tema no qual sou apaixonado e ao qual me dedico, porque isso me deixa muito longe das pessoas em relação ao que acontece. Às vezes, quando estou em determinado ambiente e vamos discutir sobre o problema, eu me sinto um verdadeiro estranho no ninho.

Eu vou dizer algumas coisas que, na verdade, vieram do que aconteceu de manhã e que vai lincar com o evento que vai haver à tarde. Depois, ao final, eu coloco um vídeo de um dos trabalhos que fizemos. Minhas palestras geralmente duram de 2 a 8 horas. Então, em 20 minutos, é meio difícil fazer uma exposição.



Eu não tenho notícias boas para os senhores. Um dos principais problemas em relação ao tráfico de animais silvestres no Brasil e de que os senhores constantemente escutam falar seriam as mortes no tráfico. Muita gente já ouviu falar que, de cada dez animais silvestres retirados da natureza, nove perdem a vida e apenas um chega ao destino final. Eu tenho uma notícia para dar aos senhores, com a experiência de 26 anos de trabalho em campo, três tentativas de homicídio, inúmeras apreensões e trabalhos com a polícia: traficante de animal silvestre não deixa morrer bicho. E aqui nos remetemos à questão dos maus-tratos, porque, quanto mais competente o Poder Público for, quanto mais ele se dedicar, quanto mais ele fizer o melhor — não é fazer o possível; ele tem que fazer o melhor —, vai haver menos óbitos no tráfico. A maior parte dos animais silvestres que morrem, conforme os senhores escutam nos meios de comunicação, morrem nas mãos do próprio poder público. Quando o crime é consumado, ou seja, quando sai uma carga de animais silvestres de determinado Estado para São Paulo ou para o Rio de Janeiro, que são os dois principais polos receptores, as taxas de óbito raramente chegam a 5%, 7%, e, ao chegar ao consumidor final, 7%, 9%, 10% no máximo. Há um grande número de óbitos no pós-apreensão ou a partir do instante zero. Isso vem de encontro justamente a uma coisa que eu já venho trabalhando e o Deputado Ricardo Tripoli disse agora na parte da manhã: o preparo das autoridades para receberem esses animais. A quantidade de animal que morre em interceptação de carga, pela demora na chegada a um centro de triagem — quando o centro de triagem é bom e olhe lá —, é infinitamente grande; às vezes ultrapassa 90%. E depois, nos meios de comunicação, dizem: *“Ah, morreram tantos animais silvestres; chegaram tantos mortos!”* E por aí vai.

Outra coisa, complementando o que o Deputado Ricardo Tripoli disse de manhã também: a maior parte dos Centros de Triagem de Animais Silvestres, públicos, no Brasil inteiro, sem exceção, assemelha-se aos campos de concentração de Auschwitz. Quando se olha para aquela situação — vou citar uma coisa que eu aprendi dentro de uma empresa multinacional americana que nos ajuda —, se consegue definir duas coisas: aquilo e aquilo não se fazem porque não há recurso financeiro, mas aquilo, aquilo, aquilo e aquele monte que há ali não se fazem porque não há capacidade, porque não há vocação.



O Dr. Pedroso ainda está aí? (*Pausa.*) Não. Eu estou promovendo um evento — inclusive o Dr. Pedroso vai ser chamado — que se chama Inquisição. Há certa cisma, quando se fala em SOS Fauna, perante o poder público. Mas qual é o objetivo inicial desse evento Inquisição? São vários. Vamos chamar os delegados de polícia de todas as Delegacias de Meio Ambiente de São Paulo e da região metropolitana — 9 ou 10 titulares — e falar de uma coisa que é tragédia anunciada. Pelo menos que eu me lembre, há 30 anos, nos meses de setembro e outubro, chegam filhotes de papagaio-verdadeiro, *Amazona aestiva*, em São Paulo. Agora, nos meses de setembro e outubro, há filhotes que nasceram no Cerrado, foram retirados de lá e foram apreendidos. Nós estamos chegando a um número aproximado de 900 filhotes. Inteligência? Não, claro que não! Sorte, interceptação. Não se aplica a inteligência. E, dentro da inteligência, não se usa a inteligência para aplicar a inteligência. Quanto os senhores imaginam que sejam 900 filhotes perante o que chega a São Paulo e ao Rio de Janeiro? Eu lhes asseguro que nem 5%. Então, nós estamos falando de 16, 17 ou 20 mil filhotes. E por que chegam aqui? Porque nós deixamos que cheguem; porque não se aplica a inteligência. Qual Delegacia de Meio Ambiente de São Paulo ou do Rio de Janeiro tem trabalhado na inteligência que antecede o período reprodutivo de filhotes de papagaio? Nenhuma. Uma das coisas que minha equipe e eu vamos questionar todos os delegados é o que eles têm feito e qual o conhecimento deles em relação a esse tipo de tráfico de papagaios-verdadeiros. Há outros, mas, primeiramente, vamos perguntar em relação a esse tipo de tráfico: “*O que o senhor sabe a respeito disso?*” “*Ah, nós sabemos...*” “*Se o senhor sabe, por que, há 30 ou 20 anos, a gente não apreende nada aqui no Estado de São Paulo?*” Quando apreende, apreende por sorte.

Os CETAS, ou seja, os Centros de Triagem de Animais Silvestres — os de ONG, não; os de ONG funcionam —, do Brasil e públicos, têm que trabalhar 24 horas. Em finais de semana, o efetivo tem que ser igual ao do meio de semana. Não pode ser um pobre coitado de um plantonista, um veterinário, um biólogo, estar lá, num domingo, a partir das 9 horas da manhã às 16 horas. É preciso trabalhar. A impressão que dá quando um CETAS fecha aos finais de semana, momento em que acontece o maior número de crimes contra a fauna, é de um restaurante que fecha na hora do almoço.



Outra coisa: comentou-se aqui sobre a Resolução nº 457 do CONAMA, se é aplicável ou não. Ótimo! Em 2006, a Polícia Militar Ambiental paulista, que é a melhor Polícia Militar Ambiental do Brasil, segundo as pesquisas, apreendeu pouco mais de 33 mil animais no Estado de São Paulo. Desses 33 mil animais do Estado de São Paulo, pouco mais de 17 mil, mais de 50%, ficaram nas mãos de quem? Do próprio possuidor. Por quê? Porque o Estado não tem para onde enviá-los.

Outra coisa: em relação à repressão de crimes contra a fauna no Brasil, que porcentagem de repressão vocês imaginam que há dos crimes de tráfico de animais e que porcentagem representa o que chega ao consumidor final? Garanto a vocês: o número do crime consumado é infinitamente maior do que o reprimido. O reprimido trabalha em cima de denúncias e sorte, quando há interceptação de carga, ou, como aconteceu no Rio de Janeiro há algumas semanas, quando foram investigar uma denúncia de tráfico de drogas e encontraram 57 filhotes de papagaio em uma residência e 46.700 reais em dinheiro vindo de filhotes que foram vendidos.

Uma das coisas que sempre se falou no Estado de São Paulo foi da criação de CETAS, da criação de CETAS, da criação de CETAS, e da criação de CETAS. Mas depois o que fazemos com os animais? A fila tem que andar. E não é simplesmente levar o animal silvestre para o CETAS, encaminhá-lo para o criador ou abrir a gaiola, porque é bonitinho. Hoje eu vi uma matéria de manhã no *Bom Dia São Paulo* sobre gente que dá comida para passarinho ou põe água para beija-flor. Gente, isso não é bonitinho. Com isso, retira-se a função ecológica do bicho. Não é legal colocar água para beija-flor, não é legal colocar comida para periquito, nem fruta, nem nada. Quando esses bichos vão para o CETAS, não há o que fazer.

Eu estou atropelando um pouco minha fala, porque, se eu fosse mais detalhista, como eu gosto de ser, sairíamos daqui umas 11 horas da noite.

Em 1967, mais precisamente em janeiro, nós tivemos a primeira lei de proteção à fauna silvestre, do General Humberto de Alencar Castello Branco, à época Presidente da República, por meio da qual se conseguia levar efetivamente para a cadeia, porque o crime ensejava pena de reclusão, quem cometesse crimes contra animais silvestres.

Em 1989, foi criado o IBAMA. Em 2004, 15 anos depois da criação do IBAMA e 37 anos depois da criação da primeira lei de proteção à fauna, o primeiro grupo de



33 aves apreendidas no Estado de São Paulo, originárias do Semiárido nordestino, retornou à Bahia. Quem as levou? Nós. Em 2012, pela primeira vez na história do Brasil, o primeiro grupo de papagaios verdadeiros, originários do Cerrado, voltou para o Cerrado.

Mato Grosso do Sul é o Estado que mais sofre com o sequestro de fauna, sequestro de filhotes de papagaio, de araras e de tucanos. Durante 22 anos, apreenderam-se filhotes de animais silvestres; durante 22 anos, todas as apreensões — exceto duas — vieram do Cerrado, e todas foram devolvidas para o Pantanal mato-grossense. Por quê? Por questões meramente de turismo, para preencher locais em hotéis fazendas, onde os papagaios eram soltos e onde era forçado o processo de humanização para que esses bichos atraíssem e interagissem com turistas que vinham dos Estados Unidos, do Canadá e de vários países da Europa.

Depois, se alguém quiser, podemos conversar à parte sobre esta questão de tráfico.

Mas o fundamental aqui é esta questão de entender que a grande parte dos animais silvestres que se vê ir a óbito em relação a animais silvestres apreendidos se dá nas mãos do poder público. Isso é uma coisa que nós temos que modificar, de qualquer jeito.

Eu já estou com 52 anos, eu não consigo mais rasgar seda, fazer coisas que não valham. Eu não consigo, eventualmente, elogiar alguém que não o mereça. Eu consigo fazer uma crítica construtiva, e eu acho que no Brasil nosso servidor público, em geral, precisa entender, precisa começar a aceitar críticas. Quantas vezes nós vamos ter que falar: *“Olha, de repente, não pode ser assim, tem que ser assado”*. Você acaba se passando por uma pessoa desagradável perante aquilo que tem sido feito.

Eu queria sugerir uma coisa. Eu acho que seria fantástico, mas teria que ser em nível nacional. V.Exas. poderiam encampar isso. O Deputado Ricardo sabe, mais ou menos, o que eu vou falar: é com relação à destinação de animal silvestre apreendido. Poderia ser feita uma CPI. Nossa! Nós iríamos ter material que não acabava mais, e muita gente ia ter que se explicar. É aquilo que eu falei no outro



auditório. Se forem apreendidas dez araras-azuis aptas à devolução à natureza, elas não vão para a natureza, elas vão para criador, porque é mais interessante.

O vídeo que será exibido ilustra bem o quanto é complicado e o quanto é difícil fazer uma devolução à natureza de animais silvestres apreendidos de forma correta.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - Deixem-me falar rapidamente, só por 2 minutos. Nós recebemos uma apreensão. Vejam como são os interesses, a Miriam vai dar alguns pulos agora. Dos 192 filhotes de papagaio apreendidos na madrugada de 30 de setembro de 2006, 192 foram todos para o zoológico de Sorocaba. Eram para vir 92 para nós, mas depois o Rodrigo resolveu pegar mais 20 para encaminhar aos criadores, e os outros 100 também foram para criadores. Graças a Deus, no que se refere aos 72 que vieram para nós, nós trabalhamos em tudo, absolutamente tudo, desde ir à casa do cidadão, para não falar outro nome, até levá-lo para a 46º DP.

Conversamos com o cidadão depois sobre viagens e tudo o mais, para descobrir a origem geográfica dos filhotes. Fomos mantendo os filhotes. Tivemos 10 óbitos do total; ficaram 62. Dos 192 filhotes que saíram de Mato Grosso do Sul apreendidos com o Bolota, o Valdemir Miranda dos Santos, e com o Cosme da Cruz, que estava com eles, 192 chegaram vivos aqui. Com os outros 120 eu não sei o que aconteceu. Eu sei que foram para criadores comerciais e conservacionistas. Foram vários anos de trabalho. Esses bichos poderiam ter ido embora no final de 2007, mas foram vários anos trabalhando para identificar a área; foram necessários recursos e viagens.

Por isso, no nosso almoço, eu falei que vou escrever um livro chamado *Mendigo das Aves*, porque é vergonhoso o que uma organização não governamental às vezes tem que fazer para mostrar que isso é importante, que, além da vida, eles tinham função ecológica nos ecossistemas de que foram tirados. E para isso você praticamente não recebe nenhum apoio governamental e também das pessoas. Esses bichos poderiam ter ido. Foram cinco anos e pouco, depois mais um ano e meio de monitoramento. Mas nós fechamos: foram curados com chave de ouro. Eles reproduziram três vezes já em vida livre — a quarta será talvez



este ano. Infelizmente, a fazenda em que se deu o projeto de soltura foi invadida pelo pessoal do MST agora em maio, mas, graças a Deus, saiu a reintegração de posse e eles já devem estar saindo de lá.

Isso é o que devia se fazer com todos os filhotes apreendidos no Estado de São Paulo, e a inteligência começa a partir do instante zero da apreensão. Através de utilização da psicologia e da inteligência, você pode descobrir a origem geográfica dos bichos para devolvê-los ao hábitat, e não mandá-los para CETAS ou criadouros, porque aí é muito fácil.

Ficaríamos aqui até 2 ou 3 horas da manhã conversando, pontuando casos nos quais a coisa poderia ter sido feita de outra forma, e não o foi.

Eu acho que já deram meus 20 minutos, mas é isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Você vai ter tempo para continuar, porque vai haver algumas perguntas agora.

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - Muito bem. Mandem as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Relator, o Deputado Ricardo Tripoli.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Presidente, eu vou ser muito breve.

Quero cumprimentar o Deputado Nilto Tatto pela iniciativa de uma questão extremamente importante que é essa dos atropelamentos dos nossos animais nas estradas do nosso Brasil, inclusive nas regiões urbanas, onde nós temos graves problemas, e não há ainda uma metodologia, vamos dizer, para inibir esse tipo de descuido que o Estado — os Municípios, os Estados e a União — como um todo tem em termos de proteção aos nossos animais.

Quero cumprimentar o Marcelo — ele é bem mais novo do que eu, mas nós somos amigos há realmente muitos anos — pelo trabalho que faz. Você deu uma notícia ruim, e eu vou dar uma notícia boa.

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - Ótimo!

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Nós estamos elaborando um projeto de lei que vai exatamente nessa linha da questão da tutela dos animais apreendidos, principalmente aqueles que não têm mais como voltar para o hábitat natural.

Provavelmente a Regina ou a Viviane devem lhe ligar para, ainda nesta semana, quem sabe na sexta ou na próxima segunda, nos reunirmos para finalizar o





projeto. A sua contribuição é sempre muito válida. Você sempre aqui pôde nos ajudar na elaboração de vários projetos de lei. Então, queria cumprimentá-lo não só pela sua brilhante iniciativa, mas pela sua carreira na área de proteção principalmente dos animais silvestres, em que você tem um grande destaque e uma seriedade no trabalho que faz. Nós vamos incorporar ao nosso relatório boa parte daquilo que você trouxe aqui para a nossa Comissão.

Então, Presidente, praticamente era essa a minha colocação.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o autor do requerimento, o Deputado Nilto Tatto.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Boa tarde a todas e todos!

Quero cumprimentar o nosso Presidente, Deputado Ricardo Izar; o Deputado Ricardo Tripoli, Relator da CPI; e o Marcelo, da SOS Fauna.

Primeiro, quero dizer também do prazer enorme de estar participando desta CPI ao lado dos Deputados Ricardo Izar e Ricardo Tripoli, que, inclusive, há mais tempo já conhecia.

Para mostrar o quanto estou aprendendo enquanto militante — eu me classificaria como militante socioambientalista —, quero dizer que sempre aprendo com vocês, principalmente pelo acúmulo de experiência que têm na área da conservação. E eu quero falar algumas coisas em relação à sua fala, Marcelo.

Primeiro, é interessante destacar o que observamos. Quando olhamos, por exemplo, aquela cena dos papagaios saindo da gaiola maior, do recinto de soltura...

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - Foram 43 dias de ambientação.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - ...e levantando voo, o que vem para nós é sempre aquela sensação da liberdade. Então, há um aspecto importante que tem a ver com o direito dos animais à vida.

Estou vendo que muita gente que eu conheço e muita gente que milita na área da igreja — inclusive a encíclica do Papa Laudato Si trabalha muito isso — que se coloca no lugar desses animais. Nós temos uma dificuldade muito grande às vezes de nos colocarmos no lugar de outra pessoa, porque isso é pressuposto para começarmos a respeitar os diferentes. Mas há um exercício muito difícil e necessário para fazermos: também nos colocarmos no lugar dos animais e entendermos o



direito à vida, se é que nós queremos uma sociedade que seja diversa não só do ponto de vista cultural e social, mas também do ponto de vista da biodiversidade. Então, esta é até uma questão do direito à liberdade.

Mas temos que entender um outro aspecto: o que significa esses bichos vivos e livres e o que também contribui para isso. Então, aqueles papagaios que estavam roendo aquelas sementes, quando estão na natureza, pegam aquelas sementes e fazem com que elas virem outras árvores, e assim por diante. Então, no dia em que acabarmos com esses papagaios, com os roedores, com esses animais, que é o que vamos fazendo ao longo do tempo, principalmente nos últimos 300 anos — estou falando em termos de humanidade —, se seguirmos esse ritmo, não vamos acabar só com os bichos, vamos também acabar com as florestas. Então, vamos acabando com todas as condições de vida do planeta não só para eles, mas também para nós. Então, precisamos entender um pouco esse aspecto.

Há outro aspecto que queria colocar, mas, primeiro, quero parabenizar o trabalho de vocês. Vou fazer até propaganda de um trabalho em outra área em que atuamos, porque eu venho também de uma ONG. Até o ano passado, eu estava no Instituto Socioambiental — ISA. Semana passada eu instalei a Frente em Defesa da Sociedade Civil Organizada. Isso é importante, porque aqui há várias pessoas que também são de entidades diversas. É isso mesmo que você colocou: a dificuldade existe. São milhares de instituições. No Brasil, há centenas de instituições que trabalham no tipo de trabalho que vocês fazem, e 99% do trabalho dessas pessoas nessas instituições, nas pequenas entidades, nas de todos os tamanhos, é voluntário.

Há um esforço muito grande para conseguirmos fazer com que o Estado — aí eu falo Estado no sentido amplo da palavra — venha de uma vez por todas reconhecer a importância política do trabalho do conjunto de organizações em todas as áreas, seja em defesa dos animais, seja em defesa dos direitos humanos, seja na assistência social, que nos falta também.

Ao fortalecermos essas organizações, haverá um efeito político, que é o reconhecimento pela sociedade e o entendimento da sociedade sobre o trabalho que essas organizações fazem. Ao mesmo tempo, é uma garantia de que teremos



cada vez um Estado democrático e de respeito à diversidade, não só social, mas também ambiental.

Eu queria falar sobre outro aspecto, porque você trabalhou bastante com a questão do tráfico na sua fala, que não é uma coisa simples. Sabemos que não é simples e não é simplesmente uma questão de polícia e de fiscalização. Ele é um trabalho permanente de mudança cultural. Sabemos que está embutida na cabeça de muita gente a ideia de ter o bichinho preso, de ter um papagaio em casa, de ter um canarinho, de ter um curió, de ter um jabuti no quintal de casa.

Então, é uma questão cultural que está muito enraizada no País inteiro, em diversos grupos sociais. Portanto, é um trabalho que tem a ver, sim, com polícia e com fiscalização, mas é um trabalho permanente. Aí volta de novo o trabalho importante dessas entidades, e não só das entidades, mas também de esclarecimento ao público, de políticas públicas, de fazer essa transformação, de fazer essa mudança cultural, de mudar esse entendimento, porque são questões importantes que precisam ser dialogadas e trabalhadas nas escolas, nas igrejas e nos movimentos.

Então, para não haver conflito de interesse, é necessário pautar sempre também o direito dos animais à liberdade e à vida, porque na medida em que têm vida e liberdade são também fundamentais para a sobrevivência da nossa espécie, inclusive.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Eu queria também cumprimentar o Marcelo. Parabéns pelo trabalho, pelo empenho e pela coragem. Como você é um cara corajoso, eu queria fazer algumas perguntas.

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - Sobre tráfico pode fazer qualquer uma.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - São perguntas que você conhece, inclusive, porque são perguntas que você elaborou — não sei se está lembrado — na CPI passada para mandarmos para o IBAMA responder.

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Agora, eu queria que você respondesse a essas perguntas.



**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - Só me passe elas de novo, que eu respondo a todas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Eu vou lê-las:

*“Por que, quando espécies mais raras como arara-azul, ararajuba, arara-vermelha amazônica, entre outras espécies, são apreendidas, a prioridade não é o regresso à natureza? Mesmo havendo condições de isso ser feito, elas são alocadas em zoológicos, criadores, para que sejam matrizes. Por que ocorre isso e não o seu regresso ao seu local de origem?”*

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - Vou responder o que eles deveriam responder — com certeza, eles não vão responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Eu queria que você respondesse o que você acha.

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - Eu vou responder o que eu acho — o que eu acho, não; o de que eu tenho plena convicção que é. São dois fatores. Se ocorre, por exemplo, uma apreensão com 600 pássaros-pretos aqui em São Paulo agora, neste exato momento, eu não vou conseguir o lugar que poderia recebê-los. Vou cair no Departamento de Parques e Áreas Verdes — DEPAVE ou no Parque Ecológico do Tietê, mas eu não vou ter um criador que queira recebê-los.

Se eu apreender seis araras-azuis-de-lear, que são da região do Raso da Catarina, na Bahia; ou seis ararajubas, que são aquelas amarelas; ou seis *Ramphastos toco*, aquele tucanos grande da região amazônica; ou seis araras-azuis, as *Anodorhynchus hyacinthinus*, do Pantanal, vai haver tapete vermelho para querer receber essas aves.

Para o poder público é muito mais fácil: no momento em que eu apreendo com o Deputado Izar, por exemplo, 20 araras-azuis, eu passar para a Paula, que é criadora, e acabou o meu problema. Se eu pegar as 20 araras-azuis dele e começar a trabalhar num projeto de soltura, estou falando de no mínimo 2 anos de trabalho, de muito dinheiro investido e de suar muito a camisa.

Vou citar aqui um exemplo: o Deputado Ricardo acabou indo embora, mas lembro aquela questão da CPI sobre a destinação dos animais. Vejam uma coisa:



quando há uma apreensão de animais silvestres, interceptação de cargas, feira do rolo ou depósito clandestino, uma das principais coisas a se levantar utilizando... É interessante sempre ver se quem está trabalhando tem dois dedos de testa. Se tiver dois dedos de testa, significa que tem um cérebro dentro. Se tem um cérebro dentro, dá para pensar. Então, uma das coisas mais importantes para se fazer é procurar, através de psicologia e de uma série de coisas, identificar a origem geográfica dos bichos, não o bioma.

Nós tivemos um caso, em 2001, em que o IBAMA de São Paulo, em um sítio na região de Itu, apreendeu 41 araras-azuis, na casa de um senhor que já havia falecido, em que estava a filha dele, chamada Beatriz. Esse senhor tinha propriedades em Mato Grosso do Sul, na região do Pantanal. De onde vocês acham que vieram as araras? Do Paraná? É mais provável que seja do Pantanal.

A tese de doutorado da Prof. Dra. Cristina Yumi, da USP, de São Paulo, foi sobre a genética populacional das araras-azuis. Então, aqui nós temos a Dra. Cristina. No Pantanal, quem é referência no manejo de araras-azuis? Neiva Guedes, que trabalha com soltura, com uma série de coisas. Então, nós poderíamos pegar essas araras, já que a maior parte estava em condições físicas de voo, e fazer um trabalho de recolocação em Mato Grosso do Sul. Eu lhes pergunto: quantas voltaram para o Mato Grosso do Sul? Nenhuma. Portanto, seria bastante interessante uma CPI de destinação depois, quem sabe, no Natal? (Risos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - *“A primeira lei de proteção da fauna silvestre é de janeiro de 1967, do General Humberto de Alencar Castello Branco. É a primeira lei de proteção à fauna silvestre. Em 1989, foi criado o IBAMA. Em fevereiro de 1998, grande parte dessa Lei nº 5.197, de 1967, foi revogada pela nova Lei dos Crimes Ambientais, a Lei nº 9.605, de 1998, que rege a fauna e os art. nºs 29 e 31. Há mais de 3 décadas, animais silvestres capturados vêm parar em São Paulo. Apenas em 2004, um grupo de 33 aves da Caatinga regressou, pela primeira vez, à Bahia, pela SOS Fauna, 37 anos depois da promulgação da primeira lei. Por que, durante todos esses anos, o IBAMA nunca se preocupou com a reintrodução de fauna dos seus biomas ou na sua localidade de origem?”*



**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - É a maldita estabilidade, a maldita estabilidade. É a falta de querer fazer o melhor de si, de querer dar o melhor de si, não fazer só o possível.

Na hora do almoço, eu estava falando com as meninas que nós não podemos generalizar, achando que o IBAMA é uma sucursal do inferno. Não. Há muita gente boa no IBAMA, mas, dentro de todas as instituições públicas, inclusive de ONGs e de empresas privadas, nós temos poucos anjos, nós não temos muitos anjos. Cuidado quando se fala, às vezes, na mídia, que determinada instituição é manchada por 1% ou zero vírgula alguma coisa. Não. A maior parte das instituições tem gente enrolada dentro, gente cômoda, gente que não faz nada.

Nós temos poucos anjos no IBAMA, na Polícia Ambiental de São Paulo, da Bahia, do Rio de Janeiro. Nós temos bananas. Estão cheios de bananas, que são os da maldita estabilidade, e temos os demônios. Eu posso garantir a vocês que metade dos meus problemas com o tráfico é com traficantes e metade é com o poder público.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Na sua opinião, o que mais falta para o IBAMA: recurso, qualificação, pessoal ou vontade?

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - Uma das coisas que eu discuto com um grande amigo meu, o Desembargador Ruy Alberto Leme Cavalheiro, que trabalha aqui no Tribunal de Justiça de São Paulo, é a questão da vocação. Nós precisamos identificar policiais, agentes do IBAMA, vocacionados para o trabalho. Nós precisamos ter pessoas que conheçam a realidade do tráfico. O tráfico de animais silvestres não é isso que se vê. Eles precisam ter conhecimento da realidade do tráfico no âmbito do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Goiás, Bahia. O Nordeste sofre desgraçadamente com isso.

Às vezes eu pergunto para as pessoas: *“Você conhece o Nordeste?”* E me respondem: *“Conheço. Já fui para Porto Seguro, já fui para Salvador”*. *“Não, eu estou perguntando se você conhece o Semiárido nordestino, o Sertão da Bahia, de Pernambuco, da Paraíba, do Piauí”*. E dizem: *“Não, eu nunca fui. Dizem que é meio seco, não é?”*. Não, é muito seco. É muito seco e as coisas acontecem. Hoje, você pode ir a uma feira do rolo que venda animais silvestres, em Campina Grande, na



Paraíba, por exemplo, pegar uma câmera e fotografar todos vendendo numa boa. Ninguém está preocupado com isso. No Pará, então, nossa! No Mercado Ver-o-Peso, no Pará, qualquer operação que eventualmente se queira fazer tem que ser feita com Deus ou de uma forma extremamente secreta, para chegar lá e a informação não vazar. Não dá para fazer.

Então, infelizmente, no âmbito do Brasil, no Nordeste, nos Municípios da área de transição de Agreste para Caatinga, praticamente todos os Municípios com mais de 7 mil, 8 mil habitantes, têm feira e todos comercializam animais silvestres.

Eu também comentei no almoço que devem chegar a São Paulo e ao Rio de Janeiro, semanalmente, oriundos do Nordeste, por ônibus clandestinos, pelo menos de 25 a 40 mil aves por semana, para serem comercializadas. Depois, se quiserem, conversamos mais detalhadamente sobre isso, porque é um assunto longo. Na verdade, eu sabia que chegavam, mas acabei levantando a informação em números há 2 meses, num trabalho que fiz no norte de Minas, no Vale do Jequitinhonha. Chegam muitos bichos aqui, muitos. Vocês têm indicadores. Os indicadores vocês encontram nas periferias das grandes cidades e nas periferias dos Municípios das regiões metropolitanas das grandes cidades. Por exemplo, vocês conseguem fazer o indicador do período pós-final de tráfico de filhotes de papagaio. Em janeiro, fevereiro e março, vocês conseguem fazer levantamento do que foi comercializado, de onde foi comercializado, e ter uma ideia de números. Em São Paulo, o número vai passar de 14 mil, 15 mil, 20 mil filhotes, tranquilamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Marcelo, eu agradeço e queria que você esperasse um pouquinho lá, porque agora o Aldem vai falar e depois nós vamos abrir a palavra para as perguntas, se você puder aguardar. *(Pausa.)*

Por favor, Aldem, peço que fale o seu nome e a entidade que representa.

**O SR. ALDEM BOURSCHUIT** - Primeiro, boa tarde a todos! Obrigado pela presença. Obrigado, Parlamentares, pelo convite, pela oportunidade. O meu nome é realmente complicado: Aldem Bourschuit. Estou aqui falando em nome do Centro Brasileiro de Estudos em Ecologia de Estradas da Universidade Federal de Lavras e da Rede Pró UC.



Na minha apresentação, a gente tenta fazer um apanhado geral sobre esse problema dos atropelamentos de fauna no Brasil e também contar um pouco de como isso está no nosso Congresso Nacional, Deputados.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Neste primeiro eslaide, eu aviso que nós teremos muitas imagens de animais atropelados, infelizmente. É apenas um aviso.

A Universidade Federal de Lavras tem um Centro dedicado somente a estudar e avaliar os atropelamentos de fauna em todo o Brasil. Eles reuniram os estudos que nós temos, estudos científicos publicados. Esses estudos mostraram que, em média, 15 animais são atropelados, por segundo, no Brasil. Se V.Exas. fizerem a conta, isso dá mais ou menos 500 milhões de animais selvagens atropelados em nossas rodovias, ferrovias e estradas em todo o Brasil.

O número realmente é chocante, uma verdadeira chacina, mas é uma estimativa. E esse número pode ser, na verdade, maior quando nós tivermos um monitoramento mais adequado e realmente abrangente.

Desse número absurdo, a maioria das vítimas, cerca de 90%, são os que nós chamamos de pequenos vertebrados. Alguns exemplos: tamanduá-mirim; corujas — muitas aves são atropeladas, acreditem —; lagartos, répteis, pequenos lagartos; e também sapos. Noventa por cento desse número são basicamente esse tipo de animal desse porte. Mas mais ou menos 1% desse número de atropelamentos são animais de grande porte, inclusive mais conhecidos e até mais queridos pela população brasileira, como por exemplo: lobo-guará, veados, a nossa onça-pintada e a anta. Um por cento desses 500 milhões são espécies como essas.

Por que isso acontece? Por que esse massacre de espécies a cada ano acontece dentro e fora de áreas protegidas em todo o Brasil? Alguns exemplos nós colocamos aqui. Quando você cria uma área protegida, um parque nacional, as espécies estão abrigadas ali dentro, mas é claro que elas se movimentam. Um parque nacional é uma mera convenção humana e seus limites são ultrapassados diariamente. Os animais se movimentam muito para dentro e para fora dessas áreas, e muitas espécies o fazem especialmente à noite, aumentando o risco de atropelamento, porque muitos parques nacionais e outras áreas protegidas têm rodovias e estradas em seu interior. Não estamos falando daquelas estradas





previstas nos planos de manejo. São rodovias de alto tráfego, por exemplo. E existe um costume bem curioso no Brasil que é usar rodovias e ferrovias como delimitadores dessas áreas protegidas. Ou seja, você tem aquele espaço, um potencial causador de atropelamentos, justamente no entorno imediato dessas áreas que são criadas para conservação. Porque o Brasil ainda não adotou... Nós não temos uma legislação que traga medidas sistemáticas de monitoramento e medidas concretas para reduzir esse número enorme de atropelamentos de fauna. Enfim, porque nosso modelo de desenvolvimento, nosso modelo de planejamento e ampliação das malhas rodoviária e ferroviária — na maioria das vezes e por que não dizer sempre — não leva em conta a necessidade de conservação da biodiversidade, da vida dessas espécies.

E como o Marcelo muito bem lembrou antes, essas espécies que vivem nas matas ou circulam entre porções preservadas de matas não são meros coadjuvantes nesses espaços. Elas têm toda uma função ecológica ecossistêmica, que é manter essas matas com saúde. E são essas matas que vão nos oferecer água, regulação do clima, espaços de lazer, espaços de convivência. Ou seja, a nossa sociedade tem, sim, uma dependência direta da saúde dos ecossistemas naturais. Se esses animais seguirem sendo dizimados nessa escala, essas florestas vão perder a sua capacidade de nos oferecer esses serviços.

Roubei sua foto, desculpe-me. Esse mapa aqui — eu não sei se está possível ver, talvez a resolução e a tela não estejam muito favoráveis — mostra o quê? Aquelas áreas em tons de verde são os nossos parques nacionais e outras unidades de conservação em âmbito tanto federal, quanto estadual e municipal. Eu acho que a resolução realmente não está ajudando. A enorme quantidade de traçados mais finos é a nossa malha viária. Nós podemos ver que ela se concentra ali e se espalha fortemente a partir das Regiões Sudeste e Sul, mas avança por todo o Brasil, inclusive dentro e no entorno imediato de uma enorme quantidade de unidades de conservação.

Esse trabalho aqui é muito interessante. Ele foi feito e apresentado em 2012, inclusive por profissionais do Centro Brasileiro de Estudos em Ecologia de Estradas — CBEE. Ele calculou, naquele ano, a área que essas estradas estavam influenciando dentro das unidades de conservação. Foram mais de 30 mil



quilômetros quadrados. Isso dá quase dez Distritos Federais, uma área quase do tamanho do Rio de Janeiro, ou seja, uma área influenciada por rodovias, justamente dentro de áreas destinadas à conservação da biodiversidade.

Nesse outro mapa — desculpe-me novamente a questão da resolução —, essas áreas coloridas é um mapa oficial das áreas prioritárias para conservação da biodiversidade. Quanto mais escura, mais relevante é a área para conservar a vida em nosso Brasil. Nós notamos, mais uma vez, que a nossa malha viária avança fortemente sobre essas áreas e, na quase totalidade dos casos, sem nenhuma ação para reduzir os atropelamentos de fauna.

Aqui nós fizemos o mesmo exercício com a nossa malha ferroviária. É claro que a dimensão dela é bem menor do que a malha rodoviária, mas nós notamos que ela também avança sobre uma série de áreas prioritárias para a conservação. No caso de rodovias, praticamente não há nenhuma ação também para reduzir esses casos de atropelamentos.

Há algumas ações que o CBEE e a Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação vêm adotando ao longo dos anos. Com o apoio do Deputado Ricardo Tripoli, que teve que se ausentar, e do Deputado Arnaldo Jordy, nós fizemos um pedido de informações a vários órgãos do Governo Federal sobre se eles tinham estatísticas e se tinham algum tipo de ação para reduzir os atropelamentos de fauna no Brasil. As respostas foram bem interessantes. Eles nos passaram números apenas entre 2009 e 2011, nos quais foram identificados 12 mil e 500 acidentes com veículos provocados por animais. Eles não diferenciaram se os animais eram silvestres ou domésticos, vamos dizer assim, vacas, cavalos. Mas o mais interessante é que, naquele período, teve quase 200 acidentes com mortes humanas e quase 3 mil acidentes com feridos humanos no período. Ou seja, é possível inferir que acidentes provocados por animais, especialmente de grande porte, têm causado mortes e ferimentos também em humanos. À medida que nós adotarmos medidas para reduzir os atropelamentos de fauna, nós vamos estar, por tabela e gratamente também, reduzindo riscos à vida humana.

Esse aqui foi um dos trechos mais relevantes das respostas. Eu fiz questão de reproduzir para V.Exas. São palavras que o Ministério dos Transportes afirmou:



*“O controle de acidentes envolvendo animais nas rodovias (...) não se trata necessariamente de uma política pública com prazos pré-determinados, mas sim de ações que são definidas por empreendimento e de acordo com as condições locais, em geral junto aos órgãos licenciadores.”*

Esse trecho foi bem regulador da nossa carência de uma política no âmbito nacional e de ações continuadas e realmente abrangentes para atacar esse problema.

Enfim, seguindo um pouco aqui sobre a nossa situação, hoje nós temos algumas instruções normativas do IBAMA e uma portaria conjunta do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério dos Transportes tratando dessa questão dos atropelamentos de fauna. Mas essa portaria, que é de 2013, dá um prazo de 20 anos para que as nossas rodovias apenas se adequem em termos ambientais. Se esse prazo todo for utilizado, basta fazer a conta de 20 anos vezes 500 milhões de animais atropelados para se ter uma ideia da continuidade da chacina oferecida por essa portaria conjunta.

Enfim, com o apoio do Deputado Ricardo Izar, nós conseguimos desenhar e protocolar o PL 466/2015, que já foi aprovado na Comissão de Viação e Transportes — CVT, da Câmara dos Deputados, por unanimidade. Foi um feito fantástico. Obrigado, Deputado, pela mobilização. Agora, esse PL vai para a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e depois para a CCJC.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Da Comissão de Meio Ambiente nós temos um Relator aqui.

**O SR. ALDEM BOURSCHUIT** - Assim esperamos. Há torcida pela aprovação já.

Este PL é uma proposta focada em monitoramento, ou seja, é para identificar onde esses atropelamentos estão acontecendo com maior intensidade ou com maior gravidade, na conservação das espécies, e já com o direcionamento de ações para rodovias e ferrovias em todo o País.

Uma coisa interessante: nós tivemos reuniões com outros Deputados e com a própria Presidência da Câmara e eles, enfim, se afeiçoaram, vamos dizer assim,



pela pauta e chegaram a publicar um livretinho que está sendo usado no projeto Câmara Itinerante, nas reuniões do projeto Câmara Itinerante em vários pontos do Brasil.

Enfim, são algumas medidas contra atropelamentos e, repetindo, algumas delas já estão indicadas no PL e é claro que ele vai precisar de uma regulamentação depois, de um novo esforço, mas já há direcionamentos, macrodirecionamentos nesta proposta.

O guarda-chuva de tudo é o monitoramento. Se nós não soubermos onde esses atropelamentos estão realmente acontecendo de forma mais grave, em termos quantitativos ou qualitativos para as espécies, nós não vamos conseguir direcionar as melhores ações, e algumas das ações possíveis são essas passagens aéreas, que se chamam de *overpass*. Existem vários países no mundo já usando, inclusive em muitos países bem menos ricos em biodiversidade que o Brasil, há essas pontes. Essa foto aí eu que fiz na região ali perto de Itacimirim, Praia do Forte, na Bahia. Isso é uma passagem para macacos, principalmente. Outra ação são os túneis, os *underpass*; e a última é a sinalização e redução de velocidade.

Isso é muito eficiente em todo o mundo, ou seja, a redução de velocidade não tem praticamente custo nenhum, inclusive pode beneficiar alguns canais de arrecadação, se for o caso, se nós quisermos falar disso. Mas reduzir velocidade em áreas mais críticas de atropelamento é muito efetivo, porque essas passagens aéreas e as passagens subterrâneas têm que ser aplicadas em situações muito específicas, para espécies muito específicas. Então, nenhuma entidade ou órgão governamental precisa ficar alarmado com supostos custos de instalação desses equipamentos sem um monitoramento consistente e abrangente.

Outras ações que nós vimos desenvolvendo aqui é principalmente o gráfico da mobilização do Centro Brasileiro de Estudos em Ecologia de Estradas — CBEE. Esses atropelamentos de fauna ocuparam um espaço fantástico, realmente fantástico, na mídia, em 2014, em veículos nacionais e internacionais.

A Rede Pró UC — Pró Unidades de Conservação montou um sistema em que qualquer pessoa pode acessar e disparar *e-mails* ao Congresso Nacional pedindo a aprovação do PL.



E o Centro Brasileiro lançou um aplicativo para celular — acho que o Marcelo o tem instalado ali — chamado Urubu, pelo qual qualquer pessoa do Brasil, quando identificar um animal atropelado, fotografa, e o sistema manda a fotografia e a coordenada, o GPS informa o Centro Brasileiro, e eles vão montando um mapa de atropelamentos por espécie do Brasil inteiro. Já há 16 mil seguidores.

E esse outro eslaide aqui mostra o tipo de mapa que o sistema gera. Os azuis são os mamíferos, os amarelinhos são os répteis, os vermelhos são as aves, enfim. É claro que o sistema não tem a abrangência de que nós gostaríamos. Mas ele já dá uma amostra interessante da concentração de atropelamentos normalmente atrelada à malha viária mais abrangente, nas regiões Sul e Sudeste.

Enfim, só para fechar aqui, gente, tentando colocar algumas outras dimensões nesta pauta: os atropelamentos de fauna estão entre as maiores ameaças diretas em todo o mundo à conservação da biodiversidade, à conservação das espécies. Eu coloquei aqui só uns casos da região de São Paulo, para nós lembrarmos juntos. Nos últimos 18 meses, sete atropelamentos de onças pardas foram registradas na região de Bauru, em São Paulo. Um caso que ganhou bastante repercussão na mídia: aquelas 15 capivaras mortas próximas a Piquerobi. Nós comentamos antes o sistema da Prefeitura, o VigiBio — Programa de Vigilância pela Biodiversidade Faunística, lançado no fim do ano passado, em que as pessoas ligam para um determinado número e registram o atropelamento. Isso já socorreu mais de 700 animais atropelados aqui na região. E há aquele famoso caso de 2014, daquela onça pintada que foi atropelada numa rodovia dentro do Parque Estadual Morro do Diabo. São só alguns casos. Se nós pontuarmos, infelizmente, são muitos os que vêm acontecendo ao longo dos anos, não só em São Paulo, como em todo o Brasil.

Para nós lembrarmos também: o Brasil é signatário de uma série de convenções internacionais, uma delas é a Convenção da Diversidade Biológica — CDB. Ele a assinou em 1992. Esse é um compromisso que o Brasil assumiu pela conservação da biodiversidade, ou seja, ele deve exercer todos os esforços possíveis, mobilizar todos os órgãos que forem necessários para garantir a conservação da biodiversidade.



Outra coisa para nós lembrarmos: de 2015 a 2030, todos os países-membros da ONU vão adotar os chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável — ODS. Um deles, o Objetivo nº 15, pede justamente a proteção e a recuperação dos ecossistemas terrestres. E sem redução de atropelamento de fauna vai ser muito difícil manter a saúde ou promover a recuperação dos ecossistemas terrestres.

E o último ponto é sobre os atropelamentos de fauna, como e por que eles acontecem. Esses atropelamentos mostram que a conservação da biodiversidade, a conservação desse enorme número de espécies no Brasil, depende de políticas públicas de conservação que olhem para o conjunto do nosso território. Ou seja, nós temos hoje 320 parques nacionais e outros tipos de unidades de conservação apenas no âmbito federal, e eles têm um papel fundamental na conservação da biodiversidade, mas nós vamos ter que olhar também para fora desses espaços, olhar para o conjunto do território brasileiro, se nós quisermos cumprir o que foi acordado nessas convenções, para termos um futuro minimamente mais sustentável para todos os brasileiros.

Era isso. Muito obrigado. Estou à disposição de todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - O Deputado Ricardo Tripoli, que é o Relator, teve que sair, mas nós temos o Deputado Nilto Tatto, que, além de ser o autor do requerimento, é o Sub-Relator responsável pela questão de animais silvestres da CPI.

Então, passo a palavra ao Sub-Relator Nilto Tatto.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Sr. Aldem, parabéns pela explanação. Os estudos que vocês vêm desenvolvendo... Na verdade, o centro de pesquisa de Lavras foi a base para nós propormos, inclusive, a sub-relatoria de animais silvestres. E aí especificamente... Porque, como já houve... No ano passado ou ano retrasado, eu não me lembro, houve uma CPI específica sobre tráfico.

**O SR. ALDEM BOURSCHIEIT** - Ah, não, isso já faz mais de 10 anos.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Mas há estudos, não é? E a nossa ideia, inclusive, a ênfase maior nesta sub-relatoria é justamente esta questão do atropelamento, não deixando de lado a questão do tráfico. Estou falando daquilo que tem a ver com animais silvestres. É a nossa base. Então, acho que devo parabenizar.



Quero dizer que se coloca claramente a lição de casa que nós temos que fazer, porque acho que o fundamental é um pouco aquilo, de novo falando: nós não temos dados reais confiáveis do ponto de vista do monitoramento governamental. Vocês já vêm fazendo isso; vocês como outros, no Espírito Santo, aqui também em São Paulo, em Santo André, na USP. Quer dizer, há um conjunto de iniciativas, seja na academia, seja na sociedade civil, que nós temos que fazer com que isso se torne política pública, para termos um monitoramento de fato, porque isso é fundamental para pensarmos essas medidas que nós sabemos que já vêm sendo adotadas em outros países, alguns, de certa forma, um pouco mais avançados, mas que são fundamentais.

Você não citou aqui, por exemplo, mas eles são fundamentais, e você sabe disso também, que quando nós temos um conjunto de unidades de conservação, tanto federal como estaduais e também municipais, que é um ativo da sociedade brasileira, são parques de papel. Então você cria o parque, tem a garantia, está lá criado o parque, mas você não implementa, porque, quando você vai implementar esse parque, faz os planos de manejo, você necessariamente é obrigado a tratar também dessas questões.

Então, é uma luta muito grande. É preciso entender que é uma luta grande. Quando nós lutamos para implementar uma unidade de conservação, isso tem a ver com o interesse para a sociedade como um todo. É importante porque é para a conservação da biodiversidade, que é um patrimônio, e é pelos serviços ecossistêmicos que esses parques oferecem tanto para nós, para os humanos, como também como espaço adequado para esses animais. Nós percebemos claramente que, no âmbito federal como também no âmbito estadual, essa agenda não é prioritária e por ela temos que lutar.

Eu queria chamar a atenção e as pessoas também vêm acompanhando aqui, especificamente no Estado de São Paulo: nos últimos anos, há um total abandono do ponto de vista da gestão das unidades de conservação aqui em São Paulo, o que é muito grave. Inclusive, na semana passada, houve problemas até de perseguição política do ponto de vista dos funcionários de carreira, eu falo assim, os anjos que estão dentro dessas instituições, sendo perseguidos por estarem chamando a atenção da sociedade, chamando a atenção sobre a falta de gestão ou a falta de



política, de interesse mais geral da sociedade que vem ocorrendo dentro da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, por exemplo. E aí há uma perseguição política no sentido de punir aqueles que vêm alertando a sociedade da forma que têm feito.

É isso que nós precisamos entender. Quando nós cobramos que se implante uma unidade de conservação, nós sabemos que, em decorrência disso, existem políticas que vêm favorecer para nós diminuirmos essa chacina que estamos fazendo com os animais. Conseqüentemente, é importante também para a nossa espécie.

Acho que a agenda que vocês estão colocando aí dá um norte para nós lutarmos mais, porque não é uma batalha fácil. Você discutir com o DNIT, ou discutir com uma concessionária, ou com uma empreiteira ou com qualquer Secretaria de Transporte de qualquer Governo do Estado que na hora de planejar uma obra precisa fazer os viadutos, os túneis, enfim, as passagens ou outra questão. Imaginem vocês, para nós que estamos aqui em São Paulo, a Secretaria Municipal de Transportes – CET, reduziu a velocidade e aí em um mês reduziu sei lá, quer dizer, poupou a vida de várias pessoas. Por exemplo, só na marginal, reduziu a velocidade, aumentou o fluxo e diminuiu o número de acidentes e diminuiu morte de humanos. Mas vocês vêm acompanhando a confusão que é mexer na cultura da velocidade de cada um. Vocês imaginam que não é fácil, como o Aldem colocou.

Qual é o efeito da medida que causa menos acidente, quando numa estrada que passa perto ou dentro de um parque, dentro de uma unidade de conservação? É diminuir a velocidade. Vocês imaginem, então, a hora que você começar a mexer na velocidade dos carros nas estradas, a confusão que vai dar. Por quê? Porque as pessoas não têm esse entendimento. Aí é aquela dificuldade que eu falei: é difícil as pessoas se colocarem no lugar da outra pessoa, muito mais difícil ainda as pessoas se colocarem no lugar do bicho. Daí, então, há um trabalho árduo para nós fazermos, que é pressionar para que haja política pública, mas, ao mesmo tempo, é preciso que haja um trabalho junto à sociedade para mudar culturalmente a nossa cabeça para entendermos isso aí. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra a Dra. Maíra Vélez, da OAB de São Paulo.





**A SRA. MAÍRA PEREIRA VÉLEZ** - Agradeço.

Gostaria de me congratular com todos os presentes, com os componentes da Mesa, agradecer o convite do Deputado Nilto Tatto, que votou favoravelmente ao PL do Deputado Ricardo Izar e nos atendeu muito bem como representantes da sociedade da OAB.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - A senhora está falando do PL 6.799.

**A SRA. MAÍRA PEREIRA VÉLEZ** - Exatamente, mudança no Código Civil.

Eu gostaria de perguntar para o Marcelo, nesse momento, sobre a questão dos pássaros, dos pássaros em geral, em que, como você disse, partes dos pássaros apreendidos, os que não ficaram com o SOS FAUNA, não só nessa apreensão de 2006, mas em outras que foram objeto de soltura inadequada pelo IBAMA, comprometem a vida e a integridade desses animais. Eu queria que você falasse um pouco disso, está bom?

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - O.k. Não só pelo IBAMA. Eu vou dar um exemplo. É bem importante que V.Exas. prestem atenção na linha de raciocínio que eu vou passar aqui para ficar claro em relação a essa pergunta.

Cada espécie que você vai realizar a soltura, dependendo se é ou não em grupo, ou do nível de humanização desse indivíduo, requer um protocolo para a soltura. Existe uma memória genética impressa em todos os animais e que vem de milhares e milhares de anos. Uma coisa interessante que você nota, por exemplo... Eu só estou explicando isso para depois te falar. Uma coisa interessante que você nota: se você pegar um casal de canários da terra — nós já fizemos essa experiência —, nascidos em cativeiro e 8, 10 anos depois, permanecendo em cativeiro, conseguindo voar, porque a eles não é impresso um grau de humanização igual ao papagaio que vai para a casa do S. João, da D. Maria e alguma coisa que o valha e, se você pegar esse casal de canários da terra e você soltá-los, uma soltura voluntária, abrir a gaiola em uma região de descampado, você pode marcar 60 segundos, depois da saída desses indivíduos, que eles já começam a forragear, eles já começam a procurar comida e eles se viram muito, muito, muito bem.

O caso que vou expor agora é muito importante que se preste atenção. Existe uma espécie chamada *cyanocompsa brissonii*, todo mundo conhece? Azulão. Os



azulões quando nascem, as fêmeas e os machos nascem da mesma cor. Eles nascem marrons. Eles não têm dimorfismo sexual no nascimento, porém, a partir do primeiro ano de vida, até o terceiro, em alguns casos, os machos começam a perder a plumagem marrom e adquirir plumagem azul. Se vocês quiseram conhecer um pouco mais de aves, há um *site* chamado *wikikaves.com.br*. Essa espécie é de ampla distribuição no Brasil, inclusive já houve muitas no Estado de São Paulo, onde a captura, para atender o tráfico, infelizmente, suprimiu essas populações naturais de *cyanocompsas* no Estado.

Numa apreensão que eu fiz com a Polícia Civil de São Paulo, com a 6ª Delegacia Seccional em 2003, da carga de 4.300 animais mais ou menos, havia pouco mais de 800 azulões, não havia nem 30 fêmeas. Só havia indivíduos azuis e pintando, começando a pintar. Por que as pessoas capturam os indivíduos machos? Porque, no caso do azulão, somente os machos cantam. O.k.? Azulões que chegam aqui no Estado de São Paulo e que são apreendidos, várias vezes já foram soltos em áreas de solturas cadastradas no Estado de São Paulo, porém eu vou soltar.

Se você acompanhar dados históricos das apreensões de azulão, você vai encontrar 95%, 98% vindas de onde? Vindas do Semiárido nordestino, de cargas que são montadas na região de Itaberaba, Jequié, Poções, na Bahia, até Cipó, lá em cima, e que vêm de uma região do Pernambuco, e talvez até de outra determinada região do Semiárido da Paraíba. Se não tenho origem geográfica, eu me apoio no dado histórico para errar o menos possível.

Mas já houve inúmeras vezes que muitos azulões foram soltos no Estado de São Paulo. Aí, se faz o quê? Você solta 200 indivíduos machos e três fêmeas – coitadas das fêmeas – em uma determinada região. Você vai dar talvez um melhor final de vida digna para os machos e não vai dar continuidade. Em contrapartida, acaba perdendo toda a função ecológica daqueles bichos nos ecossistemas dos quais eles foram retirados.

E eu te pergunto: quem sabe como está a situação desses ecossistemas naturais de onde essas espécies foram tiradas durante todos esses anos? Nós não sabemos. Nós sabemos que deve haver um desequilíbrio brutal entre machos e fêmeas. Deve haver uma hiperpopulação de fêmeas e uma população muito pequena de machos. Se você pegar dados de animais silvestres que entraram nos



últimos 10 anos – e justamente a questão da CPI que eu sugeri – e acompanhar quais foram as destinações, vai se surpreender. São coisas assombrosas, inclusive, até do ponto de vista de soltura de espécies que são endêmicas da Caatinga, na própria Mata Atlântica, no Estado de São Paulo, feitas pelo Poder Público.

Nós estamos com um problema — não sei se isso é um problema: de uns 6 anos para cá, está aparecendo muito papagaio em São Paulo, na região de Cotia, Vargem Grande. Chegam a aparecer bandos, que utilizam árvores como dormitório. Você conta 60, 80, 90 indivíduos. Eu te garanto, Maíra, que eles não vieram do Mato Grosso do Sul para cá.

Outro problema sério, e isso eu enfrento quase todos os dias: pegar um grupo de 50 papagaios filhotes para trabalhar soltura é uma coisa. Quando nós recebíamos animais silvestres — nós paramos de receber —, recebíamos também apreensões de guarda doméstica, que vinha da casa de todo mundo. Se um papagaio ficava, ele falava: *“Olha lá! Olha o carro! Olha o acidente! Socorre ele! Socorre ele!* Depois, o outro cantava o hino do Corinthians, o outro, o do Palmeiras, o outro chamava *“Loira bonita!”*. São indivíduos com alto grau de humanização impresso. E as pessoas ligam reclamando que o IBAMA não quer aceitar, que não sei quem não quer aceitar, que eles não sabem o que fazer, quando a entrega é voluntária.

Dá para soltar? Dá para soltar. Tem que trabalhar? Tem que trabalhar para caramba, tem que trabalhar muito para trabalhar esses indivíduos aqui: identificar a provável origem, ver se não tem risco de soltura, de se ter um problema genético na região onde você vai soltar, e soltar. Custa caro? Custa caro. Dá trabalho? Dá trabalho. Então o que faz? Você é veterinário? Biólogo?

**O SR. ALDEM BOURSCHEIT** - Jornalista.

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - Há uma sugestão da Sociedade Brasileira de Ornitologia para eutanásia após apreensão: Bicho não ameaçado vai para eutanásia. Inclusive, dá as dicas de eutanásia: com pressão do polegar no peito. Porque justamente estão preocupados com essas solturas alopradas que, às vezes, vêm sendo feitas. Nós estamos com tucano-toco aqui na região de Mata Atlântica, que é um bicho endêmico do Cerrado.



Eu não sei se respondi a tua pergunta. Acho que falei demais, não é? Mas tudo bem!

**A SRA. MAÍRA PEREIRA VÉLEZ** - Respondeu, sim. Agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Concedo a palavra à Dra. Dayane.

Você quer falar, Marcelo? Aldem, você quer responder?

**O SR. ALDEM BOURSCHUIT** - Não, responder, não; quero só comentar o que o Deputado Tatto falou antes sobre os parques de papel.

Infelizmente, esse é um fenômeno muito recorrente no Brasil. Decreta-se área de proteção, em âmbito federal, estadual ou municipal, mas o Poder Público não faz o esforço seguinte de realmente implantá-lo: sinalizar, cercar, em muitos casos, divulgar que foi criado, colocar fiscalização e uma estrutura mínima, até para visitação, nas áreas que são passíveis disso. Ou seja, o Poder Público está falhando nesse quesito, em muitos casos.

Quando uma área não é implantada, fica mais passível a impactos negativos — caça, desmatamento, invasões, depósito de lixo, e assim por diante — e tende, ao longo do tempo, a não cumprir justamente as suas funções ecossistêmicas, as funções para as quais ela foi criada. Ela também fica mais passível a ataques legislativos, vamos dizer assim.

O próprio Governo Federal tem uma estimativa de que existam, hoje, mais de 400 projetos de lei e outras proposições, em âmbito federal, estadual ou municipal, para extinguir área protegida, para extinguir parque nacional, para extinguir reserva biológica. Essas áreas, para quem propõe esses projetos de lei, são espaços sem nenhuma serventia, não é? Há 400 projetos para destruir áreas protegidas. Imaginem se isso chegar a ser aprovado!

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - O Governo do Estado de São Paulo, inclusive, quer privatizar áreas protegidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra a Dra. Dayane Faria, da OAB de Santo Amaro.

**A SRA. DAYANE FARIA ALMEIDA** - Boa tarde!

Primeiramente, quero cumprimentar o Dr. Nilto Tatto, Deputado. O Dr. Izar eu já cumprimentei hoje, mais cedo, assim como o Marcelo e o jornalista Aldem.



Eu acho que as palavras do jornalista Aldem foram excelentes. No começo, eu tinha várias perguntas, e ele já sanou várias delas.

O Marcelo pouco falou sobre o tráfico internacional. Talvez não seja a sua especialidade, não é?

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - Posso falar.

**A SRA. DAYANE FARIA ALMEIDA** - Eu sei da dificuldade das nossas fronteiras, porque o Brasil tem um vasto número de florestas fronteiriças. Eu imagino que também devam sair, para Europa e para outros continentes, navios e mesmo aviões clandestinos, porque, fora do País, isso aí é uma mina de dinheiro. E imagino que o nosso País também esteja bem assim... Como as Cortes brasileiras estão tratando esse assunto? Se já há tratado internacional assinado pelo Brasil, se a ONU está em cima, como fica a imagem do nosso País frente a essas Cortes internacionais?

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - A pergunta é para mim?

**A SRA. DAYANE FARIA ALMEIDA** - É para os dois. Ele citou também os tratados.

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - Vamos lá! A nossa imagem, lá fora, é podre, negra, feia, em estado de decomposição e malcheirosa!

Nós não cuidamos do que temos. A Lei nº 5.197 diz que animais silvestres são propriedade da União, e a União não cuida deles.

Dayane, eu até comentei com vocês, na hora do almoço, que eu não gosto de falar sobre algo que eu não conheço, cuja situação eu não fui esmiuçar o máximo que pude. Sobre tráfico internacional, muitos anos atrás — em 1992, para ser mais preciso —, a WWF lançou um documento com valores de animais silvestres brasileiros no mercado internacional, o que fomenta o tráfico. Eu acho que até pode haver saída de animais silvestres, por via marítima, do Brasil para outros lugares. Eu também acho — não tenho certeza, eu acho — que pode, sim, haver o tráfico internacional pelas fronteiras secas.

É engraçado, porque, se você pegar qualquer livro de Ornitologia, se você entrar no próprio *site* do WikiAves, de que eu te falei, vai ver psitacídeos... Todo o mundo sabe o que são psitacídeos? Não, a maior parte não sabe. São as aves de bico torto: araras, papagaios, maritacas, periquitos, tuins. Na Região Amazônica há



psitacídeos maravilhosos, que curiosamente nunca são apreendidos. Por que será? Então, esses bichos podem, sim, sair por fronteiras secas.

Se bem que se veem poucos desses bichos lá fora, nas matérias internacionais, quando se passa alguma coisa. Volto àquele documento e, depois, ao que a RENTAS divulgou. Eu não sou partidário de nada do que a RENTAS divulgou, apesar de ter tido amizade com o Dener no começo. A RENTAS nasceu praticamente junto com a SOS Fauna, no ano de 2000, 2001.

Por exemplo, o papagaio-verdadeiro, *Amazona Aestiva*, custava 7 mil, 8 mil, 9 mil dólares para ser vendido na Europa. Ora, o europeu é estúpido, então, porque ele pode comprar no Brasil um papagaio-verdadeiro, com origem legal, por 2 mil reais, 2.500 reais e mandar para a Europa. Ele pode comprar tudo aqui de origem legal. Por que ele vai pagar 12, 7, 8 mil dólares num bicho de origem ilícita?

Existe outra forma de prática do tráfico internacional. Os zoológicos permitem permutas. Isso eu estudei há um bom tempo. Por exemplo, o Zoológico de Sorocaba (*riso*), que tem quatro ararajubas, aquelas amarelas, resolve trocar por quatro pardais de pinta branca na pata esquerda do dedo do lado direito. Quanto valem os pardais? Nada. Quer dizer, a vida é igual, a das araras e a dos pardais. Como troca comercial é que não valem nada, mas resolvem trocar. Só que, para isso acontecer, é preciso anuência do IBAMA. Aí eles trocam. As quatro araras azuis vão para a Europa e os quatro pardais vêm para cá. E depois o que acontece? Talvez um cafezinho por fora! Isso é uma coisa que eu acho que poderia ser investigada. Não tenho nenhum caso específico disso, mas é uma coisa permitida e não é legal.

**O SR. ALDEM BOURSCHHEIT** - Só quero comentar um pouquinho sobre esse caso, lamentando que o IBAMA não esteja aqui hoje conosco, porque com certeza ele teria ou deveria ter informações sobre tráfico no Brasil para nos expor. Eu me lembro de que há 6 anos, 7 anos, talvez, aquela CPI sobre tráfico de animais aconteceu no âmbito do Congresso Nacional, levantou uma série de informações e expôs que o grande consumo de espécies traficadas era realmente interno.

Isso foi reforçado por um estudo do IBAMA mais recente, acho que de 3, 4 anos, em que ele traçou as rotas de tráfico do Brasil, quase todas vindas de várias regiões, migrando para o Sudeste, para o centro comercial, reforçando que o grande mercado de consumo de espécies traficadas é interno.



Em âmbito internacional, há a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção, CITES. O Brasil é signatário dessa convenção desde 1975. Seria interessante perguntar para o Governo o que fez ou está fazendo no âmbito dessa convenção pela própria CPI, Deputados.

Essa convenção também nos mostra que a grande circulação desse tráfico de espécies não é de espécies vivas, é de partes de espécies para usos medicinais, ritualísticos ou culturais, por assim dizer. Ou seja, circula mais em nível internacional a espécie já morta, suas partes, e o consumo das espécies vivas é mais interno. É claro que há certa circulação de espécies vivas.

Um caso bem interessante — Marcelo, me corrija se eu estiver errado —, é o da ararinha-azul.

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - Da *spixii*?

**O SR. ALDEM BOURSCHEIT** - É. Ela foi extinta...

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - E um xeique do Catar está com umas quarenta.

**O SR. ALDEM BOURSCHEIT** - ...foi extinta no Nordeste brasileiro, e há o maior centro de reprodução no Catar, nos Emirados Árabes. Agora, parece-me, que existem iniciativas para ser reintroduzidas no Brasil a partir de espécies reproduzidas no exterior.

Enfim, é uma confusão. Mas sim, o tráfico internacional acontece, sem dúvidas, mais de partes e menos de espécies vivas.

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - E ,lembrando o que ele falou, tenho histórias, mas não vou citar nomes. Não teria problema nenhum, mas eu não vou citar nomes. Pego com o Sr. Deputado Tatto — vamos dizer que ele é traficante de animais — oito araras-azuis-de-lear. Ele estaria cometendo um crime. Elas estão na irregularidade. Concordam? Eu apreendi. O Deputado Ricardo Izar é um criador. A Lei nº 9.605, permite que eu encaminhe as araras para ele. As araras saíram de uma ilegalidade e, imediatamente, partiram para uma legalidade. Isso é comum e proposital. Não sei se vocês pegaram...

**O SR. ALDEM BOURSCHEIT** - É o esquentamento de espécie.



**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - Não, não é esquentamento. Automaticamente, ele ganha matrizes para reproduzir ou para compor o seu plantel. Porque ele gosta de chamar os amigos, nos finais de semana, e mostrar que bichos estavam na ilegalidade, mas passaram para legalidade com o aval de um órgão público e da lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra a Sra. Míriam Lima, da ONG O Amor Deixa Marcas.

**A SRA. MÍRIAM LIMA** - Sr. Presidente, tenho duas perguntas, porque outras foram sanadas, pelo que V.Sas. disseram.

A pergunta para o Sr. Aldem é a seguinte: Diante desse estudo, que chegou ao número de 500 milhões de animais mortos por ano nas rodovias do Brasil, você também tem um estudo sobre o impacto ambiental dessas mortes, verificando o que isso vai causar em nosso ambiente, em nosso ecossistema com a morte desses animais? Existe risco de extinção para algum deles ou só estão morrendo? Desculpem-me, estou diminuindo a morte desses animais.

Para o Sr. Marcelo, gostaria que S.Sa. falasse um pouco — já que a reunião é de uma CPI e que o Sr. Deputado Ricardo Izar disse várias vezes que essas reuniões são propositivas, para delas se retirar algo e se tornarem projetos de leis — sobre o que te perguntei durante o almoço, ou seja, sobre como combater o tráfico. Falamos sobre o tráfico, sobre como isso ocorre, mas não fazemos ideia de como combater o tráfico de forma efetiva. É isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Tem a palavra o Sr. Aldem Bourscheit.

**O SR. ALDEM BOURSCHIEIT** - O que existe são estudos, ainda não relacionando o atropelamento com o impacto direto na saúde do ecossistema. Mas, já existem estudos, que chamamos de “florestas vazias”, por exemplo. Existem ecossistemas ou florestas que sofreram muito com a caça ou que, por algum motivo, foram privados de algumas espécies. Que impacto isso acarretou a uma floresta, por exemplo?

Vou citar um caso que talvez não seja conhecido, mas o parque é bem conhecido. Trata-se do Parque Nacional do Iguaçu. O caso aconteceu devido à caça excessiva de porcos do mato ou cateto. Mais ou menos há 10 anos — isso foi





registrado lá —, associada à caça intensiva de porcos do mato, etc., as espécies de onças começaram a sumir também. Ou seja, se não tinha presa, se não tinha alimento, elas começaram a migrar para outras áreas conservadas, por exemplo, ao vizinho argentino, o Parque Nacional Iguazú, colado ao Parque do Iguaçu brasileiro. Esse é um exemplo que mostra que a redução de uma espécie levou ao afastamento de outra e ao desequilíbrio de um ecossistema.

O Centro Brasileiro de Estudos em Ecologia de Estradas tem uma coletânea desse tipo de estudos, ainda não relacionando o atropelamento em si com a perda da espécie e o impacto no ecossistema. Mas impactos em ecossistema provocados por redução ou perdas de espécies, sim, esses estudos existem.

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - Vamos lá, D. Míriam, são duas formas de combate ao tráfico, uma é nas causas e a outra nas consequências.

As causas são de origem cultural, é uma coisa que vem há 300 anos, como o Deputado Tatto citou. Na verdade, vem desde a época do descobrimento a questão de manter animais silvestres em casa. Isso é infinitamente mais forte no Nordeste. Em Minas Gerais também é bastante forte e, no Paraná, é razoavelmente forte, e se dá pela questão cultural e também, em poucos casos, não muitos, pelo tráfico famélico. Alguém sabe o que é tráfico famélico? *(Pausa.)* As advogadas sabem, é o tráfico para sobrevivência.

Quando fizemos o *Discovery* e o *Animal Planet*, para documentar nós compramos de um menininho, na Bahia, em Poções, o chamado *sporophila nigricollis*, que é o papa-capim. Hoje, o papa-capim é vendido na Feira do Rolo, aqui em São Paulo, por 30 a 40 reais cada um, chucro, sem cantar. Esse menininho nos vendeu 16 papa-capins a R\$0,10 cada um. Deu R\$1,60. Nós demos R\$5,00 e deixamos o troco para ele. Nós os soltamos, porque sabíamos que a captura era ali perto. Foi só para mostrar como se faz.

Você tem que trabalhar nas mudanças de políticas públicas de educação, mostrando duas coisas: não somente o sofrimento dos animais — e esse somente, como a Míriam falou, não é diminuindo —, mas também as funções que esses animais têm nos ecossistemas dos quais eles foram tirados. E tem que ser com criança.



Eu até comentei com elas que uma vez encontrei uma senhora, que me falou que crianças são iguais páginas em branco: você consegue acrescentar conteúdo. Já os adultos, nos meus 20 e poucos anos lidando com adultos que cometem crimes com animais silvestres, são o rascunho do mapa do inferno: não dá para escrever nada, não tem jeito! Eu não me lembro de nenhum, desde 1989 até agora. Isso é o combate das causas, porém é uma coisa para médio e longo prazos, não vai acontecer do dia para a noite.

Diferentemente dos animais domésticos, em que se trabalha castrando, para diminuir populações e tudo o mais, temos que tomar cuidado com a diminuição de populações de espécies nativas, de espécies silvestres. Não é porque você vai trabalhar com educação... De repente, o Deputado Tatto começa a fazer um megatrabalho no Nordeste; o negócio começa a pegar em Minas, no Paraná, em São Paulo. E não é porque ele está fazendo isso, e está dando certo, e demore 10, 12, 15 anos para acontecer, que vamos deixar de trabalhar na repressão. Temos que reprimir com inteligência e executar as ações.

Pelo amor de Deus, as ações de repressão ao tráfico não podem ser em cima de denúncias ou do acaso! Os policiais têm que ser preparados e ir atrás de coisas, como já fizemos inúmeras vezes. Criamos personagens, engendramos histórias e vamos atrás. Igual ao trabalho que vamos fazer na quinta-feira agora — depois eu conto para vocês —, com a Polícia Civil de São Paulo. Temos que ir atrás e reprimir. Depois que reprimirmos, temos que salvar, temos que manter os bichos vivos.

Por isso, sobre a questão do Projeto Ainda é Possível Voar, que eu estou fazendo, que é o curso para a Polícia Rodoviária Federal, depois, temos que manter os bichos num CETAS, em uma organização ou algum lugar que possa mantê-los vivos. Depois, temos que devolvê-los para sua origem, monitorar e avaliar se deu certo.

O Ministério Público falha muito nisso. É hora de também entrar com propostas de transação penal, propostas que sejam próximas da reparação do dano causado.

Eu tenho um vídeo da *TV Gazeta* — uma hora eu passo para vocês —, do José de Santana Silva, o Pezão, que pegamos com 4,3 mil animais, em 2003. Ele tinha sido pego 1 ano, 1 ano e meio, antes, em Eunápolis, na Bahia. Ele diz: “Fui lá,



*peguei, paguei a minha cesta básica. Estou quites com a Justiça*". Ele pagou uma cesta básica por 2.100 animais que tinha em outro caminhão. Quem deveria ter sido preso era o Promotor e não o Pezão!

Como é que existe um Promotor de Justiça que libera um cara que tira 2.100 animais, e está tudo bem? Não, não está tudo bem.

Então, é isso. São as duas coisas: é repressão com inteligência, desde os trabalhos iniciais até à soltura, e educação. Se trabalharmos só com repressão, vamos trabalhar só com repressão mais 50 anos, até não se ter mais nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Nós temos uma última pergunta, que é do Adilson Araújo, da Comissão de Defesa dos Direitos Animais — OAB de Santo Amaro. *(Pausa.)*

Eu preciso passar a Presidência para o autor do requerimento, o Deputado Nilto Tatto, que, depois, encerrará a reunião.

**O SR. ADILSON ARAÚJO** - Marcelo, você até tocou no assunto agora e eu estou aqui pensando. Você nos falou de inteligência. Você pode dizer para nós, na prática, o que é a inteligência, essa implantação? É um troço exorbitante? Porque a gente conhece a inteligência como aquela coisa da CIA. *(Riso.)* Foi isso o que eu pensei.

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - Começa com o cérebro: precisa-se ter um ou, pelo menos, alguns. *(Riso.)*

Na inteligência, na repressão ao tráfico de animais silvestres, não existe um modelo do que você deve fazer, mas existe...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - Eu vou citar, eu vou citar...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - Não. O caso de quinta-feira eu ainda não posso citar. *(Risos.)* Eu não posso citar. Eu não posso porque é muito delicado, e vai envolver gente do Poder Público, por omissão.

**O SR. ADILSON ARAÚJO** - Pode passar na sexta-feira?

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - É, na sexta-feira eu passo para vocês. *(Pausa.)*



Deixe-me citar um exemplo do que fizemos uma vez. Eu morei 33 anos da minha vida no Capão Redondo, entre o Capão Redondo e Jardim Ângela. Então, eu conheço a periferia e ando sem problema nenhum. Eu vou citar um caso, só para vocês verem o que é a aplicação da inteligência.

Você necessita de recurso financeiro, mas não muito, para trabalhar, você necessita mais de cérebro. Nós começamos a fazer as primeiras operações. As primeiras operações de repressão à Feira do Rolo, fomos nós que começamos em São Paulo, em 2000, na Feira de Vila Mara, que o Dr. Pedroso citou aqui, na parte da manhã. Ótimo. Depois nós começamos a identificar quantas Feiras do Rolo existia na Região Metropolitana de São Paulo. Nós chegamos acho que a quatorze ou quinze. Dentre elas havia uma Feira do Rolo no Bairro da Serraria, na época. Alguém conhece a Serraria, em Diadema?

**O SR. MÁRCIO SANTOS MASCARENHAS** - Em Diadema.

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - Então, havia uma Feira do Rolo no Bairro da Serraria. “Ah! Vamos fazer a Feira?” “Vamos.” Lá atrás ainda, eu sempre foquei muito o trabalho com a Polícia Civil, com policiais que conseguíamos selecionar. A Polícia Militar Ambiental, com aquela viatura que chama a atenção, fazer uma operação na Feira do Rolo, eu acho que é um dos maiores atos de estupidez. A dois quilômetros da feira, todo mundo já está sabendo que a viatura está chegando. Se vai fazer operação na feira, você tem que chegar de chinelo sujo, encardido, de boné, não só eu, a polícia junto. O.k.?

Aí, nós resolvemos fazer uma operação na Feira do Rolo de Diadema. O Dr. Reinaldo Correa, na época, era o Delegado Seccional de Diadema. Ele ficou junto de mim. Fomos a um bar. Depois daquele “vuco-vuco”, todo mundo correu, e tal. Chegamos ao bar. A porta do banheiro do bar estava fechada. Eu disse: “Abre aí!” Aí, uma senhora falou: “*Eu estou atendendo a um chamado da natureza*”. Eu respondi: “*Tudo bem. Na hora que a senhora acabar de atender, a senhora abre*”. Ela demorou. Eu falei assim: “*Se a senhora não vai abrir, a gente vai meter o pé na porta*”. Aí ela abriu. Tinha uma mulher na Feira do Rolo que era conhecida como Lourdes dos passarinhos. E essa Lourdes...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - O quê? Você conhece?



**O SR. ADILSON ARAÚJO** - Eu, não. *(Riso.)*

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - E essa Lourdes fazia uma espécie de xepa no final da feira. Ela ficava gritando: *“Canário da terra, canário da terra! Vamos, para acabar! Coleirinha. Vamos, para acabar! Bigodinho, vamos para acabar!”* E ficava falando e tal. E a D. Lourdes tinha jogado dois jabutis dentro do vaso sanitário, que eu peguei.

Eu falei: *“O que é que é isso aí?”* *“Ah! Eu não sei”*. Eu Falei: *“Nossa, a senhora agora está defecando jabuti?”* *(Risos.)* *“Como é o nome da senhora?”* *“É Marisa Montes”*. *(Risos.)* É, Marisa Montes? *(Risos.)* Aí, não. Era Lourdes mesmo. E pegamos todos os bichos.

Passaram-se alguns meses, nós fomos procurados por uma senhora da Proteção Animal de São Bernardo. Eu não me lembro do nome dela: uma senhora de 70 anos, 80 anos — sei lá! Ela falou que havia sido procurada — e isso eu não tenho nenhum constrangimento em falar — por um policial militar ambiental de São Bernardo do Campo — lembro-me do nome dele: Dirceu —, e esse policial sabia onde havia três depósitos que abasteciam a Feira do Rolo de Serraria. Só que ele passou para o superior dele, e o superior dele falou para deixar para lá, porque não queria fazer nada.

Aí você percebe como começam a entrar os outros problemas. Ótimo. O policial foi conversar com o Gândara, com um dos nossos advogados. E passou os três endereços para o Gândara: Rua Silas Pereira — lembro-me até hoje —, nº 18; Rua Silas Pereira, nº 11; e outra rua que eu não me lembro do nome.

Eu peguei o fusca verde do nosso advogado, fui para lá perto, larguei o fusca, peguei, na época, meu filho, que fazia esses trabalhos de inteligência na rua comigo. Pegamos um saquinho e catamos um monte de, não era nem latinha, era lata papelão. Enchemos o saco e saímos pela rua catando isso aí, para levantar os números. Por quê? Quando você vai desenvolvendo alguma situação no meio da rua, se você vai à rua procurando um número, chama a atenção; se você vai de chinelo encardido, barba sem fazer, cabelo sem pentear, camisa velha, catando sucata na rua, você tem tempo e, com o tempo, você pode observar muito bem.

Eu achei o número da outra rua, o nº 18, e não achei, nem por desgraça, o nº 11. Voltamos. Peguei dois adesivos: *“Eletrônica Nossa Senhora das Missões”*.



Coloquei um endereço fajuto da Cupecê, que não era muito longe. Colei na porta do fusca de um lado e na porta do outro. Era um adesivo de plástico, não era de papel. Voltamos para lá. Fiz uma Ordem de Serviço falsa, em que eu estaria devolvendo uma televisão. Não me lembro agora o nome do cara que eu criei. O nome do cara era Fulano de Tal, e ele morava na Rua Silas Pereira nº 11. Por quê? Era uma maneira de eu estar na rua procurando o nº 11 que eu não estava achando, não é? E, na informação, o Dirceu foi categórico: *“É no nº 11 um dos depósitos”*.

Tudo bem. Cheguei lá, com a folha, catei uma tevê velha, coloquei no carro e fui sozinho. *“Eu queria falar... Estava procurando, e tal.”* Procura dali, desce e sobe, lá na Região da Pedreira, quase divisa com Diadema. *“Não acho e tal.”*

Cheguei ao lugar eram quase 5 horas da tarde. Havia um casal conversando. Aí eu disse: *“Você não conhece o nº 11, senhor Fulano de Tal?”* *“Ah! Não conheço. É na Silas Pereira?”* Eu falei: *“É, na Silas Pereira. Mas não consigo devolver a tevê dele”*. Eu estava de jaleco azul, da eletrônica. Eu disse: *“Preciso devolver a tevê dele, ele não aceitou o orçamento, não sei o quê”*. Aí ele olhou para a cara dela... Aí a mulher virou para o marido e falou: *“Será que não é na casa da mulher dos passarinhos?”* A mulher dos passarinhos, a Lourdes, da Feira do Rolo. Aí, para não falar *“é, é, é”*, porque não podia, eu falei: *“Não. Passarinho? Acho que não tem nada a ver”*. Aí deixei falarem e disse: *“Espera aí, quando eu abri a tevê para consertar, tinha folha de alpiste dentro dela. Pode ser que a pessoa tenha passarinho em casa. Onde é a casa deles?”* Ele falou: *“É ali.”* Eu falei: *“Cadê o número?”* *“Ela não tem número, não.”* Aí eu falei: *“Ah! Tá. Chama ela lá.”* Aí ele bateu: *“D. Lourdes!”* Aí eu falei: *“Ferrou!”* Porque a D. Lourdes me conhecia. Aí eu fingi que meu celular tocou e falei: *“Espera aí, que está tocando. Um amigo meu está passando mal, e eu estou indo ali socorrer ele”*. Eu não precisava mais socorrer, eu já sabia onde era a casa da D. Lourdes, eu já tinha identificado as três casas.

Fizemos uma operação, e o IBAMA não quis participar, disse que estava com uma operação não sei onde, e fizemos com a Polícia Militar. Apreendemos quase mil aves nas três casas e mais a que a D. Lourdes denunciou.

Isso é um dos trabalhos. Há muitos. Eu já comi banana amassada com farinha — pus na boca, joguei para fora, e um colega meu me socorreu — para



entrar na casa da pessoa para beber água; como evangélico também. Tudo o que você pode imaginar. Isso é sair atrás sem que haja denúncia.

Nesse caso ainda tinha a informação do PM, mas, se você sair atrás, você acha aos tufos. Se hoje vocês quiserem, a gente pode programar, por exemplo, para a semana que vem — não que a gente vá fazer isso —, e eu trago 2 mil aves para vocês.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Mais alguém quer fazer alguma pergunta?

**A SRA. DAYANE FARIA ALMEIDA** - Bem rápido. É só uma coisinha. É para o Aldem.

Aldem, sobre essas estradas... Você deu aquelas soluções que nos países desenvolvidos rolam, o *underpass*. E sobre a privatização — não dos parques, pelo amor de Deus! — das estradas? Não há interesse nenhum em privatizar e fazer toda essa estrutura? Em Mato Grosso, no Pantanal, há um pouco de pedágio, mas não é tanto. Será que não é viável, não existe interesse?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Aldem, espere porque depois eu passo a palavra para a Mesa responder e fazer as considerações finais para ti,

**O SR. JOSÉ MACHADO SOUSA** - Que bom que nós estamos tratando aqui de vida, e o ponto de pauta é o tráfico de animais, os acidentes e coisas parecidas.

Eu quero fazer uma pergunta para a Mesa. Porque, no questionário que você fez aí, você não colocou na sua pesquisa o problema do incêndio. Hoje, além de termos o tráfico das aves, temos mais o problema do incêndio, que contribui bastante para essa demanda que está hoje afligindo São Paulo por causa da sequeidão, que está vivendo todo o Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Aldem.

**O SR. ALDEM BOURSCHEIT** - Seu nome é...?

**O SR. JOSÉ MACHADO SOUSA** - Machado.

**O SR. ALDEM BOURSCHEIT** - Machado, eu não coloquei incêndios porque, enfim, encomendaram-me uma apresentação sobre atropelamentos. Mas você está correto. Sem dúvida, incêndios, sejam legais, sejam ilegais, são um problema recorrente no Brasil, especialmente na época seca.



E, se vocês acessarem o *site* do INPE, o *site* de monitoramento de queimadas, verão que os dados são impressionantes. Eles mostram os focos de calor com uma frequência bem grande. Se não me engano, no dia 3 agora, havia mais de 3 mil focos, concentrados especialmente no Centro-Oeste, no Cerrado. A gente sabe que muita vegetação nativa no Brasil ainda é limpa com base no fogo. A própria Mata Atlântica aqui foi quase totalmente dizimada a ferro e fogo, como diz aquele livro clássico.

Sobre a questão das rodovias e concessões de rodovias, a gente pode passar para vocês as concessionárias que no Brasil já estão adotando algumas medidas, porque a maioria das concessionárias, quando recebe essa concessão — não todas, infelizmente —, recebe junto a obrigação de investir um percentual anual dos pedágios em ações socioambientais. Algumas já atinaram para a importância de se reduzirem atropelamentos e têm investido em redução de velocidade, em passagens aéreas ou subterrâneas, mas não são todas. E, repetindo, isso não é uma política pública, é uma iniciativa pontual para uma rodovia específica. Isso é um problema que a gente espera que esse PL, tanto o projeto base quanto a regulamentação, ajude a resolver.

Uma coisa interessante de lembrar sobre essas passagens aéreas ou subterrâneas e outras medidas de caráter mais físico, vamos dizer assim, de soluções mais físicas, é que são necessárias em locais específicos e para espécies muito específicas. Ou seja, quando esse projeto for aprovado, isso não quer dizer que no ano seguinte o Brasil vai começar a encher de passagens aéreas etc.

Repetindo: uma medida muito efetiva e usada no mundo inteiro é a redução de velocidade, especialmente no entorno ou no interior de áreas protegidas. Isso, convenhamos, não tem custo, é uma questão mais de gestão do que de investimento direto em obras de grande porte.

**O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR** - Posso ajudar aqui, só nessa resposta? Desculpe-me, Deputado Tatto.

A Dayane perguntou das concessionárias. Fizemos reunião com diversas concessionárias de estradas de rodagem, depois da apresentação do 466, e sentimos por parte deles uma vontade muito grande de ajudar. Sentimos um bloqueio grande nas ferrovias, mas as concessionárias de estradas foram todas





solícitas, todas se dispondo a ajudar, a investir, desde que possam utilizar o reequilíbrio contratual, porque isso já existe em praticamente todas as concessões que são assinadas com o Governo Federal. O problema é que nem todas as rodovias do Brasil são concessionárias, muitas ainda estão sob gestão federal, estadual ou municipal. Aí é que vem o problema. Então, a questão das concessionárias é o menor dos problemas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Marcelo.

**O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA** - Uma coisa eu acabei me esquecendo de falar aqui. Quem elogia muito o trabalho de vocês — de quem somos parceiros na Bahia há algum tempo e, em São Paulo, começamos a trabalhar com a inteligência deles — é a Polícia Rodoviária Federal. Nossa, eles têm o Urubu lá no altar, o Sistema Urubu.

E eu queria deixar aqui também um elogio à Polícia Rodoviária Federal. A gente está trabalhando com a inteligência da PRF de São Paulo desde o ano passado; e, na Bahia, eu sou amigo do Superintendente, que é o Virgílio de Paula Tourinho, da PRF da Bahia. Eu não me lembro de existir, dentro da PRF — eu não encontrei até agora —, demônios. E olha que a gente começou a trabalhar com outras polícias; com a Polícia Rodoviária Federal faz pouco tempo. A Polícia Rodoviária Federal, se vocês lançarem no Google, em imagens, “PRF apreende animais silvestres”, verão que eles estão atuando de uma forma assustadora, tanto na Bahia quanto em São Paulo, em Mato Grosso do Sul, em Minas Gerais.

Então, apesar de não ter ninguém aqui — o Demarchi, da PRF, ia vir aqui hoje, mas ele viajou para Mato Grosso para fazer um trabalho —, eu queria deixar um elogio à PRF e, de repente, aproximá-los também de vocês, Parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Antes de encerrar, eu também queria fazer um comentário, talvez até um testemunho. Não é nada científico, é observação empírica.

Eu trabalhei, nos últimos 12 anos, no Vale do Ribeira, naquela região ali de Iporanga, próximo à Caverna do Diabo, com comunidades quilombolas. Então, eu acompanhei de perto ali o tanto que havia de quilombolas que capturavam animais para vender. Com esse nome aí... Como é?

**O SR. ALDEM BOURSCHEIT** - Tráfico famélico.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Tráfico famélico.

Também tive essas experiências viajando pelo Nordeste: na beira das estradas, os meninos vendem e tal.

Imagino que não tenhamos dados disso aí, mas imagino que a base de todo o tráfico, de repente, vem daí. Então, você tem um aspecto cultural forte.

Mas eu queria testemunhar aqui o quanto eu vi ser transformada essa realidade no Vale do Ribeira, em termos de diminuição do número de pessoas que estavam envolvidas na captura, à medida que essas comunidades começaram a entrar em uma série de políticas de transferência de renda, principalmente no Programa de Aquisição de Alimentos, com a venda da banana ou com a venda de produtos da roça. Então, à medida que começou a ter alternativa de geração de renda foi diminuindo.

E outro aspecto importante que tem a ver com a agenda da implementação das Unidades de Conservação é que boa parte dos conflitos com os parques tem a ver com populações que estão dentro e no entorno dessas Unidades de Conservação. E parte desse conflito tem a ver com sacar recursos que estão dentro dessas Unidades de Conservação. E, quando eu falo de recursos, é o palmito, é o cipó e é o bicho — as sementes, o xaxim e assim por diante. São várias coisas que você tira de lá.

E o que falta? O que falta é justamente uma agenda para você implementar e fazer com que o parque, a Unidade de Conservação... E estou falando isso porque, no caso dos quilombolas, com o projeto de turismo, até a caça diminuiu. Porque interessa para eles que os turistas vão lá e observem os bichos, porque isso atrai mais turistas e atrai mais renda para eles.

Então, quando a gente tiver essas Unidades de Conservação, esses parques, como uma coisa interessante para essas populações que estão em volta, no entorno... Vou citar um exemplo claro: Estrada do Colono. Todo mundo sabe a dificuldade que existe. E o Parque do Iguaçu é um modelo do ponto de vista de arrecadação de dinheiro, é um dos parques que dá mais dinheiro. Muitas pessoas que vão lá visitar o parque nem sabem disso. É o segundo, eu acho. Só perde para o da Tijuca, do Cristo Redentor. As pessoas vão para lá e não sabem que era um parque. Mas as populações, as comunidades que estão ali no entorno não têm



nenhum benefício com relação ao uso do parque. Então, estou falando que tem a ver com a gestão também. Em vez de você ficar com aquela ameaça permanente de abrir o parque, de voltar a ser... Estamos acompanhando lá. A base disso aí está em buscarmos alternativa de geração de renda para aquelas pessoas que estão lá no chão e que, às vezes, usam ou estão a serviço desses processos criminosos.

Então, queria agradecer ao Marcelo e ao Aldem por terem vindo a esta sessão da CPI. O material está registrado. Evidentemente, nós vamos procurar vocês ainda, até o final da CPI, para trazer aquilo que vocês têm sistematizado e produzido para considerarmos na CPI. A ideia é de que a CPI, com a força dela, não só do ponto de vista da investigação, mas também e principalmente do ponto de vista do potencial que ela tem para ajudar na proposição, avance na proposta de políticas públicas no âmbito legislativo e também com a intervenção no Executivo.

Queria agradecer ao Deputado Ricardo Tripoli, que é o Relator, que esteve aqui presente conosco, e imensamente ao nosso Presidente da CPI, o Deputado Ricardo Izar, que veio presidir esta sessão — até se retirou para que eu presidisse e finalizasse a sessão —, e a cada um de vocês que estiveram aqui presentes. Vocês têm, pela CPI e pelos nossos contatos, condições de continuar contribuindo com esse processo.

E gostaria de colocar tanto o nosso mandato quanto o de todos os membros da CPI à disposição para essa agenda, para essa pauta.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença a todos e encerro os trabalhos. *(Palmas.)*